

Minuta da Ata da 40ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, de 22/11/2007, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

Membros Participantes:

1. José Domingos Gonzalez Miguez – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Luiz Antônio Barreto de Castro – Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Newton Paciornik - Ministério da Ciência e Tecnologia
4. Marta Maria Marques Magalhães – Ministério dos Transportes
5. Fernanda Bocorny Messias – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
6. Laura Porto – Ministério de Minas e Energia
7. Adriano Santhiago de Oliveira – Ministério do Meio Ambiente

Outros Participantes:

1. Branca Bastos Americano – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. César Castro – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
3. Haroldo de Oliveira Machado Filho – Ministério da Ciência e Tecnologia
4. Gustavo Mozzer - Ministério da Ciência e Tecnologia
5. João Tedeschi – Ministério de Minas e Energia
6. Jorge Brito Batista – Ministério do Meio Ambiente
7. Osvaldo Luiz Ceotto – Ministério do Meio Ambiente
8. Samira Sana F de Souza – Ministério de Minas e Energia
9. Claudia Maria Rezende de Souza – Ministério da Ciência e Tecnologia/CONJUR
10. Marcos Willian Bezerra de Freitas – Ministério da Ciência e Tecnologia
11. Paula Bennati – Ministério do Meio Ambiente
12. Armando Simões – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
13. Henryette Patrice Cruz – Ministério de Minas e Energia
14. Demétrio Toledo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
15. Larissa Schmidt – Ministério da Ciência e Tecnologia
16. Gustavo Luedemann – Ministério da Ciência e Tecnologia

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima dando boas vindas aos representantes dos ministérios.

O Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global de Clima, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez informou que a representante da Casa Civil, Dra. Leiza Martins Mackay Dubugras, não poderia comparecer à reunião, tendo justificado sua ausência.

1. Aprovação da Ata da 39ª reunião da Comissão Interministerial.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro indagou aos membros da Comissão se teriam alguma correção a fazer na minuta de Ata da 39ª reunião da CIMGC.

Não havendo sugestões, a Ata da 39ª reunião foi aprovada conforme apresentada.

2. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

Projetos em revisão cujos proponentes **não** apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC em **conformidade** com o Art. 8º, parágrafo segundo, da Resolução 03.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro informou que seis projetos não haviam respondido aos ofícios encaminhados pela CIMGC há mais de 60 dias.

- 110 – Projeto de Cogeração com Bagaço Goiás (PCBG) (desde 22/09/06)
- 117 – Projeto de Cogeração Giasa II (desde 02/10/06)
- 118 – Projeto de Cogeração com Bagaço Pioneiros (desde 02/10/06)
- 119 – Projeto de Cogeração com Bagaço Ruelle (PCBR) (desde 02/10/06)
- 120 – Projeto de Cogeração com Bagaço Nova América Maracá (desde 02/10/06)
- 127 – Projeto Nobrecel de Energia de Biomassa (desde 11/12/06)

O Dr. José Miguez destacou que esses projetos encontravam-se em não conformidade com o Art. 8º, parágrafo segundo, da Resolução 03 que exige que seja encaminhada resposta ao ofício da CIMGC no prazo de 60 dias.

Ressaltou ainda que a CIMGC, nas últimas reuniões, tem decidido manter esses projetos na página, mesmo após terem ultrapassado o prazo de 60 dias, atendendo a pedidos dos seus desenvolvedores que alegam estar trabalhando em suas atualizações devido à mudanças nas metodologias. Entretanto, esses pedidos foram, na maior parte dos casos, feitos após contatos telefônicos de iniciativa da Secretaria Executiva da CIMGC. Argumentou ainda que a manutenção desses projetos durante longos períodos na página da CIMGC pode suscitar ao público a idéia equivocada de que o processo de tramitação de projetos MDL no Brasil é demasiadamente lento.

Sugeriu que fosse encaminhado um ofício aos desenvolvedores de projetos que se encontrassem nessa situação, informando-os que, caso não fosse encaminhada resposta seus projetos seriam considerados como não submetidos.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro concordou com o posicionamento.

Outros projetos em **revisão** cujos proponentes **não** apresentaram respostas aos
ofícios enviados pela CIMGC:

O Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global de Clima, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez informou que outros quatro projetos encontram-se em revisão, mas dentro do prazo estabelecido pelo Art. 8º, parágrafo segundo, da Resolução 03.

- 179 – Projeto de Energia Eólica Icarai
- 183 – Projeto de Troca de Combustível em Caieiras
- 190 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Salto
- 193 – Projeto de Co-geração da Usina Interlagos

Projetos em revisão cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios
enviados pela CIMGC:

- 184 – **Projeto de Biomassa Roullier**

A Dra. Branca Americano, assessora do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), explicou que na opinião do MCT esse projeto poderia ser aprovado com ressalvas. Entretanto, observou que a metodologia utilizada perderia sua validade em janeiro de 2008. Destacou que seria necessário que o proponente apresentasse considerações adicionais acerca da adicionalidade do projeto.

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira, representando o Ministério do Meio Ambiente, esclareceu que do ponto de vista ambiental todas as exigências havia sido atendidas.

A CIMGC deliberou pela **Aprovação com Ressalvas**, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar uma nova versão do Anexo III, incorporando as explicações dadas pelo proponente do projeto, em sua resposta ao Ofício nº MDL 234/2007/CIMGC, sobre a contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico.
2. Fornecer evidências documentais de que os incentivos do MDL foram considerados seriamente na decisão para a execução do projeto. Apresentar argumentos sólidos para sustentar a tese de que o cenário com a atividade de projeto não é o mesmo cenário da linha de base.

- 186 – **Projeto de Hidrelétrica Baruíto**

A Dra. Branca Americano destacou que nesse projeto o cálculo do fator de emissão da rede foi feito utilizando as redes Sul e Sudeste integradas, lembrou que esse assunto já fora amplamente discutido, tendo a CIMGC concluído que esse cálculo deveria ser feito separadamente para cada sistema. Ressaltou ainda outras questões, como, por exemplo, o fato da data de início da atividade de projeto ser demasiadamente antiga, e a usina já estar em operação. Tal situação dificulta o entendimento de que o MDL contribuiu para a viabilização desse empreendimento, ou seja, pode comprometer a adicionalidade do projeto.

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira concordou com o posicionamento do MCT de que, é possível questionar a adicionalidade desse projeto, uma vez que a Hidrelétrica Barúito entrou em operação em 2000, sem a necessidade dos benefícios do MDL.

O Dr. João Tedeschi, representante do Ministério de Minas e Energia, concordou que o ano de 2000 deve de fato coincidir com a data de início da atividade de projeto, uma vez que nesse ano foi aprovada a alteração final do projeto básico da Hidrelétrica Barúito. Assim, apoiou também a posição do MCT que questionava a adicionalidade do projeto.

A CIMGC deliberou pela permanência em **revisão** do Projeto de Hidrelétrica Barúito, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Fornecer evidências de que os incentivos do MDL foram seriamente considerados na decisão para a execução do projeto. Apresentar argumentos sólidos para sustentar a tese de que o cenário com a atividade de projeto não é o mesmo cenário da linha de base. As evidências apresentadas devem ser documentadas.
2. Refazer os cálculos dos fatores de emissão, usando o Fator da Margem Combinada para o Sistema Sudeste/Centro-Oeste, isto é, não incluindo as usinas do Sistema Sul no cálculo do Fator de Emissão da linha de base.
3. Reapresentar DCP/PDD com as modificações solicitadas e o respectivo Relatório de Validação.

➤ 194 – **Projeto Queima de biomassa sólida para geração de vapor para o processo produtivo de fabricação de cerveja em substituição ao óleo combustível nas Filiais Agudos e Teresina**

A Dra. Branca Americano informou que na opinião do MCT esse projeto havia respondido todas as exigências encaminhadas pela CIMGC, restando apenas a atualização da versão do formulário de projetos de pequena escala.

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira informou que com relação à unidade de São Paulo restava necessária a atualização do processo de licenciamento ambiental específico do projeto. Assim, sugeriu que o projeto fosse aprovado com ressalvas.

A CIMGC deliberou pela **Aprovação com Ressalvas**, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentar o DCP (versão em português) usando o formulário específico de pequena escala, versão 3.0, corrigindo o cabeçalho.
2. Os esclarecimentos acerca do licenciamento ambiental da unidade de Teresina/PI foram satisfatórios; entretanto, em relação à unidade de Agudos, é necessário esclarecer se a Licença de Operação apresentada contempla a atividade-foco do projeto. Ressalta-se que a empresa deve atentar para a orientação M/COD: CO/48/07/CBB da CETESB, no sentido de que a alteração tecnológica da atividade de projeto deve ser submetida ao devido licenciamento ambiental.
3. Em complementação à Exigência 06 do Ofício MDL 295/2007/CIMGC faz-se necessária a apresentação dos Avisos de Recebimento dos Correios relativos às cartas-convite encaminhadas aos atores regionais.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro indagou aos ministérios membros da CIMGC se concordariam em analisar dois projetos em revisão submetidos fora do prazo de 10 dias úteis estabelecido pelo artigo 03 da Resolução nº 05.

Não havendo objeção pediu a Dr. Branca Americano que procedesse a análise do primeiro projeto.

➤ 195– Pequena Central Hidrelétrica de Cristalino

A Dra. Branca informou que na opinião do MCT todas as exigências apresentadas pela CIMGC foram atendidas pelo proponente de projeto. Assim, sugeriu sua aprovação.

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira do MMA e o Dr. João Tedeschi do MME concordam com o posicionamento.

A CIMGC deliberou pela **Aprovação** do projeto Pequena Central Hidrelétrica de Cristalino.

➤ 196– Pequena Central Hidrelétrica de Faxinal dos Guedes

A Dra. Branca informou que restou pendente apenas a correção da versão da metodologia utilizada no projeto e no relatório de validação. Destacou que se trata de uma correção menor, e por isso sugeriu que o projeto fosse aprovado com ressalva.

A CIMGC deliberou pela **Aprovação com Ressalva**, do projeto Pequena Central Hidrelétrica de Faxinal dos Guedes para o atendimento da seguinte exigência:

1. Corrigir nas referências bibliográficas do Relatório de Validação a afirmação que o projeto utiliza a Metodologia de Pequena Escala I.D – Versão 10, 23/12/2006, o correto é versão 11 de 18/05/2007.

Projetos aprovados com ressalvas cujos proponentes não apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC, há mais de 60 dias:

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro informou que quatro projetos aprovados com ressalvas estavam em não conformidade com o Art. 7º, parágrafo segundo, da Resolução 03 que exige que seja encaminhada resposta ao ofício da CIMGC no prazo de 60 dias.

- 096 – Projeto de Cogeração com Bagaço Água Bonita (PCBAB) (desde 23/10/06)
- 103 – Projeto de Cogeração com Bagaço Mandu (PCBM) (desde 23/10/06)
- 109 – Projeto de captura de gás de aterro sanitário Alto – Tietê (resposta não satisfatória em 04/06/07)
- 158 – SANTECH – Saneamento & Tecnologia Ambiental Ltda. – Atividade de projeto de redução de emissões de gás de aterro no Aterro Sanitário SANTEC Resíduos (desde 13/04/07)

O Dr. Haroldo ponderou que em sua opinião bastaria que os proponentes dos projetos encaminhassem algum tipo de documento pedindo a prorrogação do projeto para mantê-los no site da CIMGC.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro sugeriu que fossem encaminhados ofícios aos proponentes dos projetos aprovados com ressalvas que se encontrassem em desconformidade com o Art. 7º, parágrafo segundo, da Resolução 03 alertando-os da situação e questionando-os de seu interesse em prosseguir com o processo de aprovação junto a CIMGC.

O Dr. Newton Paciornik concordou com o posicionamento, mas avaliou que seria necessário estabelecer um prazo limite para os desenvolvedores de projeto encaminharem seu posicionamento.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro sugeriu que a CIMGC deveria aguardar manifestações de interesse dos proponentes dos projetos até o dia 06 de janeiro de 2008.

Os demais membros da CIMGC acataram essa sugestão.

Projetos submetidos durante a última reunião:

- 199 – **Projeto Usina Hidroelétrica a fio d`água Castro Alves da Ceran**

A Dra. Branca Americano sugeriu que esse projeto fosse aprovado com ressalvas visando corrigir questões editoriais, a falta de encaminhamento de carta convite a associações comunitárias regionais e para esclarecer a posição geográfica do projeto.

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira informou que o Ministério do Meio Ambiente tinha uma ressalva relacionada ao licenciamento ambiental do empreendimento.

A CIMGC deliberou pela **Aprovação com Ressalvas**, do Projeto Usina Hidroelétrica a fio d'água Castro Alves da Ceran para o atendimento das seguintes exigências:

1. Corrigir o título do projeto no DCP. A tradução deve ser adequada ao título que consta no PDD.
2. Corrigir no item B.2 do DCP a repetição da última frase da página 2, que acontece logo no início da página 3.
3. Corrigir no Anexo 3 do PDD a última frase da página 54, que está sem sentido. O erro é reproduzido no DCP. Em ambos os casos, acertar a numeração das páginas.
4. Na página 15 do DCP, no Item B.2, retirar a seguinte frase: “Não entendi pq a metodologia para aterros sanitários está aqui. Devemos manter esse parágrafo?”.
5. Na página 24 do DCP esclarecer a seguinte afirmação:

“... Um das razões desta queda foi devido a questões geológicas da região que não eram possíveis de serem previstas, assim sendo foi necessário um investimento maior, o que proporcionou a redução da TIR.”
6. Justificar porque não foram enviadas cartas-convite para as associações comunitárias dos municípios de Nova Pádua, Flores da Cunha, Nova Roma do Sul e Antônio Prado.
7. Esclarecer a localização da atividade de projeto com coordenadas geográficas claras.
8. Esclarecer porque na cópia do protocolo de solicitação de Licença de Operação (LO) encaminhado à FEPAM, a CERAN se refere a outro empreendimento da Companhia (UHE Monte Claro), e não à UHE Castro Alves.
9. Informar se as exigências contidas na LI N° 00393/2007, atualmente em vigor, foram atendidas e se o proponente apresentou à FEPAM a documentação necessária para a obtenção de uma Licença de Operação.

➤ 200 – Projeto Pequena Central Hidroelétrica ARS

A Dra. Branca Americano destacou que nesse projeto o cálculo do fator de emissão da rede foi feito utilizando as redes Sul e Sudeste integradas, o que não é aceito pela CIMGC. Ressaltou ainda que o proponente do projeto não evidenciou a importância do MDL para a viabilização do projeto, tendo em vista que esse encontra-se em operação desde 2001. Assim, a opinião do MCT era que esse projeto deveria ser revisto.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Pequena Central Hidroelétrica ARS pelos proponentes, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Refazer o cálculo das emissões evitadas pela atividade de projeto utilizando o fator de emissão da margem combinada calculado para a região Sudeste/Centro-Oeste. O cálculo do fator de emissão da margem combinada do projeto não deve incluir a Região Sul.
2. Fornecer evidências documentadas de que os incentivos do MDL foram considerados seriamente na decisão para a execução do projeto. Apresentar argumentos sólidos para sustentar a tese de que o cenário com a atividade de projeto não é o mesmo cenário da linha de base.
3. Corrigir a tradução apresentada para o seguinte trecho do DCP, item B.1: “Dessa forma, a metodologia usada nesta atividade de projeto é a AMS-I.D, **Versão 11**: Geração de Eletricidade Renovável Conectada à Rede Elétrica (**Versão 10**)”.
4. Apresentar uma cópia do anexo que, segundo a carta-convite, foi encaminhado aos agentes envolvidos e afetados pelas atividades de projeto.
5. Apresentar uma Licença de Instalação para a atividade de PCH com potência instalada de 6,66 MW, como prevê a atividade de projeto descrita no DCP. A licença apresentada se refere a uma potência instalada de 5,8 MW.
6. Revisar o Anexo III no sentido de substituir a idéia de **nenhum** impacto ambiental por impacto ambiental **menor** do que o causado por grandes centrais hidroelétricas; Retirar do Anexo III os argumentos de cumprimento da legislação ambiental e trabalhista, inclusive no que se refere às medidas de compensação ambiental, uma vez que os proponentes já apresentaram declaração de conformidade com a legislação ambiental e trabalhista.
7. Reapresentar o Relatório de Validação corrigindo a afirmação sobre o cenário de linha de base: “Nenhum investimento em geração de energia limpa; geração de eletricidade pelo mix de geração existente em operação na rede isolada (somente centrais termelétricas a diesel). O cenário de linha de base é a continuação da atual situação de eletricidade fornecida por centrais termelétricas” (pág. 5/36), o que não confere com a descrição da linha de base apresentada no DCP.
8. Enviar documentação que comprove que o Sr. Edson Carlos Flessak, individualmente, pode representar a empresa Eletrovolt Centrais Elétricas Ltda; ou enviar a documentação exigida pela CIMGC assinada por dois diretores da referida empresa.

➤ 201 – Projeto Pequena Central Hidroelétrica Faxinal II

A Dra. Branca Americano informou que esse projeto apresentava uma série de problemas que levaram o MCT a sugerir sua revisão.

O Dr. João Tedeschi ressaltou que o projeto fez jus a subrogação da CCC (Conta Consumo de Combustível), porem, não considerou esse benefício na análise da viabilidade financeira do projeto. Também, destacou que o proponente do projeto não esclareceu qual a relação da PCH Faxinal II com a UHE Dardanelos, localizada na sua proximidade.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Pequena Central Hidroelétrica Faxinal II pelos proponentes, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Corrigir a tradução apresentada para o seguinte trecho do DCP, item B.1: “Dessa forma, a metodologia usada nesta atividade de projeto é a AMS-I.D, Versão 11: Geração de Eletricidade Renovável Conectada à Rede Elétrica (Versão 10)”.
2. Comprovar que os destinatários das cartas-convite tiveram acesso a um endereço eletrônico onde poderia ser obtida cópia do DCP/PDD e à descrição de como a atividade de projeto contribuirá para o desenvolvimento sustentável, nos termos do Anexo III da Resolução nº 1 da CIMGC, conforme exigido pela Resolução de nº 4 da CIMGC em seu artigo 5º parágrafo único. Adicionalmente apresentar uma cópia do anexo à carta-convite que foi encaminhado aos agentes envolvidos e afetados pelas atividades de projeto.
3. Esclarecer (e apresentar documentos comprobatórios) de que não há outro tipo de geração de energia na rede isolada da região de Aripuanã que não a de geradores a diesel ou advindos da atividade da PCH Faxinal II. Caso haja outra fonte de energia, refazer os cálculos apresentados usando como linha de base os kWh produzidos pela unidade de geração renovável multiplicados por um coeficiente de emissão segundo a metodologia ACM 0002 ou média ponderada das emissões.
4. Comprovar a afirmação de que a PCH Faxinal II “retirou a geração termoeleétrica da região” como consta no questionário enviado aos atores locais.
5. Não incluir no Anexo III como benefícios da atividade de projeto o cumprimento da legislação ambiental e trabalhista, inclusive no que se refere às medidas de compensação ambiental, uma vez que os requisitos legais fazem parte da linha de base e não são contribuições adicionais atribuíveis à atividade de projeto.
6. Revisar a Tabela 2 do item A.4.3 no DCP, onde as parcelas não somam o total apresentado. O valor em 2008 deve ser de 43.800, como consta na versão em inglês.
7. Mudar a data de início da atividade de projeto. A data adotada para início da atividade de projeto é 01/11/2005 corresponde à data em que a usina entrou em operação parcial. No entanto, o proponente deverá considerar a data em que o Projeto Básico da usina foi aprovado, o que configura que a partir deste momento a usina seria efetivamente instalada. O presente pedido fundamenta-se no esclarecimento prestado pelo Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33ª Reunião do EB, em que a data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto.
8. Esclarecer se há previsão de conexão da PCH Faxinal II à rede nacional e, caso haja essa previsão, apresentar os cálculos das emissões evitadas pela atividade de projeto utilizando o fator de emissão da margem combinada calculado para a

região Sudeste/Centro-Oeste. O cálculo do fator de emissão da margem combinada do projeto não deve incluir a Região Sul.

9. Esclarecer a relação da PCH Faxinal II com a UHE Dardanelos, a ser instalada em trecho do rio Aripuanã, tendo em vista que a construção da UHE permitirá a interligação ao SIN;
10. Apresentar figura de localização específica da atividade de projeto e inserir a localização da UHE Dardanelos para demonstrar a relação entre elas;
11. Informar se houve utilização da Conta Consumo de Combustíveis fósseis – CCC, tendo em vista que a Resolução ANEEL nº. 637, de 22/11/2002 reconheceu o enquadramento da citada empresa na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC. Essa informação não consta do DCP/PDD e deve ser considerada na análise de barreiras da atividade de projeto.

➤ 202 – Projeto de Gás de Aterro Sanitário de Feira de Santana

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro informou que segundo o parecer do MCT foram levantadas quatro ressalvas que não impediam a aprovação do projeto. Indagou se os demais ministérios concordariam com o posicionamento.

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira identificou problemas relativos à data de entrada em operação do empreendimento.

O Dr. João Tedeschi destacou algumas questões de forma, mas concordou com a aprovação do projeto.

A CIMGC deliberou pela **Aprovação com Ressalvas**, do Projeto de Gás de Aterro Sanitário de Feira de Santana para o atendimento das seguintes exigências:

1. A data de início da atividade de projeto que consta no item C.1.1 do DCP difere da data presente no PDD no mesmo item. Corrigir a data errada.
2. Enviar documentos que garantam a legitimidade das assinaturas das declarações enviadas.
3. A Qualix consta tanto como S.A. quanto como Ltda. na declaração de responsabilidade e modo de comunicação. Identificar corretamente a forma jurídica da empresa.
4. Encaminhar os anexos mencionados nas cartas convite com informações sobre o projeto e um documento sobre as mudanças climáticas, que não foram incluídos na documentação apresentada à CIMGC.
5. Especificar a versão da metodologia AMS-I.D. usada no projeto.
6. Corrigir tradução do cabeçalho do DCP para a língua portuguesa, bem com de algumas palavras do texto (ver págs. 35 e 50 “Autoridade Nacional de Despachos”,

se for referente ao ONS, é Operador Nacional do Sistema Elétrico e se for AND, é Autoridade Nacional Designada);

7. Esclarecer qual foi o marco definido para o início da atividade de projeto;

➤ 203 – Projeto de Abatimento de Óxido Nitroso na PAN2 Fosfertil Piaçagüera

A Dra. Branca Americano informou que esse projeto tem um grande benefício pois reduz significativamente emissões de Óxido Nitroso, um importante gás de efeito estufa. Entretanto o proponente do projeto não havia esclarecido quais seriam as ações adotadas pela empresa para contribuir com o desenvolvimento sustentável.

O Dr. Newton Paciornik destacou que o fator de emissão adotado pelo proponente do projeto, cerca de 7kg de Óxido Nitroso por tonelada de Ácido Nítrico, estava compatível com os valores padrões do IPCC. Entretanto, ressaltou que quando a CIMGC preparou o inventário nacional de gases de efeito estufa a ABIQUIM foi contatada e informou que o fator de emissão para as plantas nacionais de Ácido Nítrico era de cerca de 1kg de Óxido Nitroso por tonelada de Ácido Nítrico. Ponderou que seria necessário pedir esclarecimentos adicionais ao proponente do projeto em relação à disparidade entre o número informado pela ABIQUIM e o valor estimado no DCP.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de Abatimento de Óxido Nitroso na PAN2 Fosfertil Piaçagüera pelos proponentes, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Explicitar de forma concreta a contribuição da atividade de projeto para o desenvolvimento sustentável no item referente à distribuição de renda. Os proponentes fazem vaga referência sobre os benefícios auferidos pela venda dos RCE's. Solicitamos que os proponentes do projeto esclareçam de forma objetiva como tais benefícios se traduzirão em contribuição à distribuição de renda.
2. Esclarecer a discrepância entre o valor estimado do fator de emissão de 7,39 kg N₂O / t HNO₃ e o fornecido pela ABIQUIM à Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima (MCT), de 1 kg N₂O / t HNO₃, que foi então adotado no Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa.
3. Apresentar o cálculo do VPL, levando em consideração as receitas de créditos de carbono, na análise de investimentos.

Projetos aprovados com ressalvas que necessitavam manifestação da CIMGC:

➤ 185 – Projeto de Pequena Hidrelétrica Primavera

A Dra. Branca informou que o Projeto PCH Primavera não fundamentou de maneira satisfatória os argumentos relacionados à adicionalidade do projeto. Destacou que na resposta ao último ofício encaminhado pela CIMGC o proponente do projeto repetiu a mesma argumentação que havia encaminhado anteriormente.

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira expressou seu temor quanto a extensão da competência da CIMGC para manter um projeto em revisão ou mesmo aprovado com ressalva exclusivamente por discordar de sua argumentação de adicionalidade. Ressaltou que a CIMGC poderia ser alvo de interpelações judiciais por parte dos proponentes de projeto. Lembrou que no passado recente, a CIMGC enfrentou esse mesmo dilema, aprovando alguns projetos em relação aos quais discordava inicialmente da argumentação de adicionalidade e que, posteriormente, os projetos foram rejeitados no Conselho Executivo do MDL.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez esclareceu que as Autoridades Nacionais Designadas têm prerrogativas para conduzirem os seus trabalhos, analisando a contribuição das atividades de projeto MDL ao desenvolvimento sustentável de maneira integral, inclusive, considerando aspectos ligados à adicionalidade, se assim lhes convier.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro questionou se a CIMGC poderia rever seu posicionamento e alterar o status do projeto de Aprovado com Ressalvas para Revisão.

O Dr. Haroldo esclareceu que não existe nas resoluções da CIMGC uma previsão que permitisse a alteração do status de um projeto da categoria de Aprovado com Ressalvas para Revisão, mas que o projeto poderia permanecer indefinidamente na categoria Aprovado com Ressalvas, até que respondesse de forma efetiva os questionamentos levantados. Caso não o faça no prazo de 60 dias, a CIMGC teria a prerrogativa de cancelar seu processo de submissão.

A CIMGC deliberou pela ***Aprovação com Ressalva***, do Projeto de Pequena Hidrelétrica Primavera para o atendimento da seguinte exigência:

1. Apresentar argumentos e provas documentais que demonstrem que a implementação da PCH Primavera em 27/12/2002 considerou o MDL como fator determinante. Fornecer evidências que os incentivos do MDL foram considerados seriamente na decisão para a execução do projeto. Apresentar argumentos sólidos para sustentar a tese de que o cenário com a atividade de projeto não é o mesmo cenário da linha de base. As evidências apresentadas devem ser documentadas.

Projetos aprovados requerendo nova carta de aprovação que necessitavam de manifestação da CIMGC:

➤ 143 – Projeto de Energia Eólica Rosas dos Ventos.

O Dr. Newton Paciornik esclareceu que as cartas de aprovação emitidas pela CIMGC são específicas para a versão final do relatório de validação e documento de concepção de

projeto aprovados. Assim, sempre que houver necessidade de alterações das versões de um desses documentos, é necessária a emissão de uma nova carta de aprovação.

O Dr. Newton destacou que o procedimento usualmente adotado pela Secretaria Executiva da CIMGC é o de proceder com a análise dos pedidos de nova carta e deferi-los quando envolvem questões menores, como por exemplo, a inclusão de um novo participante ou a alteração da versão da metodologia utilizada. Entretanto, no caso específico do projeto de Energia Eólica Rosas dos Ventos, alterações substanciais foram feitas no PDD, incluindo o tipo e composição das turbinas que deverão ser utilizadas. Assim, a Secretaria Executiva decidiu consultar a CIMGC sobre a necessidade de nova análise do projeto pela CIMGC.

O Dr. Newton lembrou que essa consulta foi feita na 39ª reunião da CIMGC e o Ministério de Minas e Energia manifestou-se pela necessidade da apreciação do projeto.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro solicitou ao representante do MME que se manifestasse acerca de seu posicionamento.

O Dr. João Tedeschi informou que por se tratar de um projeto PROINFA o MME iria se abster de analisá-lo e de preparar um parecer técnico.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro questionou aos demais ministérios se haveria alguma outra manifestação a ser feita ou se concordariam com o posicionamento do MCT visando à emissão de uma nova carta mediante o esclarecimento de algumas ressalvas.

Os demais ministérios concordaram com o posicionamento proposto pelo MCT e a CIMGC deliberou pela **emissão de uma nova carta de aprovação** do Projeto de Energia Eólica Rosas dos Ventos após o atendimento das seguintes ressalvas:

1. Justificar o cálculo da energia gerada pelo projeto, compatibilizando com o fator de capacidade de 35%, que foi mantido em relação à configuração anterior dos geradores, ou alterando o DCP.
2. Apresentar as Licenças de Instalação atualizadas, com as novas alterações dos geradores.
3. Reapresentar a declaração de responsabilidade e modo de compromisso do projeto, em vista da saída da empresa de alguns dos contatos oferecidos.

Novos projetos submetidos:

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro informou que os três projetos a seguir foram submetidos à CIMGC e deverão ser analisados durante a 41ª reunião da CIMGC:

- 204 – Conexão à rede do sistema isolado de Porto Murtinho – MS
- 205 – Usina Hidrelétrica a fio d'água 14 de julho da CERAN
- 206 – Reduções de Emissões da PFC na Albras, Alumínio Brasileiro S/A.

3. Outros Assuntos

Discussão do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 19, de 2007, que dispõe sobre o estabelecimento de metas voltadas para a redução da emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa no Brasil, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados em 13 de novembro de 2007.

Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro convidou a Sra. Larissa Schmidt para apresentar suas considerações.

A Sra. Larissa informou que, sobre o tema de mudanças climáticas há uma grande quantidade de projetos tramitando no Congresso Nacional, a maior parte deles propostos no ano de 2007. Destacou que o projeto em questão propõe metas de redução de emissões de gases de efeito estufa da ordem de 4% do montante de emissões de gases de efeito estufa emitido em 1990. Esse projeto já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Destacou que essa proposição é antagônica à postura política defendida pelo Brasil no âmbito das negociações internacionais, ferindo importantes princípios da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, como o Princípio das Responsabilidades Comuns porém Diferenciadas.

Lembrou ainda que o Presidente da República assinou um decreto acerca da elaboração do Plano Nacional de Mudanças do Clima e que deverá ser apreciado na Comissão de Meio Ambiente um projeto do Deputado Mendes Thame que estabelece a Política Nacional de Mudança do Clima, assim, destaca a relevância do acompanhamento desses temas pela CIMGC, e da preocupação de como compatibilizar todas essas medidas.

O Dr. Miguez esclareceu que a grande preocupação é o impacto que projetos como esses, que visam impor metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, possam ter sob a elegibilidade de todos os projetos MDL no Brasil, uma vez que ao estabelecerem metas de redução de emissões de gases de efeito estufa comprometeriam a linha de base dos projetos brasileiros.

A Dra. Laura Porto, representante do Ministério das Minas e Energias, propôs que ações conjuntas dos Ministérios Membros da CIMGC fossem adotadas junto ao Congresso Nacional visando buscar uma compatibilização dessas medidas.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro destacou que é muito importante que os ministérios conversem com os relatores desses projetos de lei a fim de apresentar os devidos esclarecimentos e pediu à Secretaria Executiva da CIMGC que elabore um parecer técnico consolidando a posição da CIMGC.

Resposta da Eletrobrás à CIMGC sobre os projetos do MDL no âmbito do PROINFA

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro convidou o Dr. Haroldo Machado Filho para apresentar suas considerações.

O Dr. Haroldo informou que no dia 26 de julho de 2007 a Eletrobrás encaminhou uma correspondência à CIMGC na qual alegava ser a única autorizada a desenvolver, direta ou indiretamente, os processos de preparação e validação dos Documentos de Concepção de Projetos (DCPs), registro, monitoramento e certificação das reduções de emissões, além de comercialização dos créditos de carbono obtidos em projetos PROINFA e pedia que fossem adotadas providências cabíveis para a regularidade dos processos de registro dos DCPs do PROINFA, à luz dos decretos n. 5.888, de 31 de agosto de 2006, cujo artigo 1 alterou a redação do artigo 5 do decreto n. 5.025, de 30 de março de 2004.

Destacou que durante a 38ª reunião ordinária da CIMGC os membros decidiram que deveria ser encaminhada uma correspondência à Eletrobrás, a qual foi enviada por meio do ofício n. 062/2007, de 24 de agosto de 2007, solicitando esclarecimento sobre quais providências aquela instituição julgava serem cabíveis no âmbito da CIMGC para a “regularidade dos processos de registro dos Documentos de Concepção de Projetos do Proinfa”.

Esclareceu que em 07 de novembro de 2007 a Eletrobrás respondeu ao ofício encaminhado pela CIMGC afirmando que se poderia classificar os projetos em questão em duas categorias distintas, indicando que deveriam ser tomadas providências diferenciadas para cada categoria. A primeira categoria refere-se aos projetos que ainda não obtiveram registro dos DCPs, na qual se enquadram tanto os “projetos que não encaminharam suas solicitações e os que estão já em processo de obtenção de registro”. A Eletrobrás indica que nesses casos as providências cabíveis seriam a interrupção imediata do processo, a não autorização pela CIMGC e a devolução dos DCPs, com a orientação de que sejam reencaminhados por intermédio da Eletrobrás. A segunda categoria envolve os projetos cujos DCPs já se encontram registrados. A Eletrobrás reconhece que, neste caso, a anulação do registro poderia causar graves e irreparáveis danos aos projetos. Sugere, portanto, “a elaboração da lista de empreendimentos e o encaminhamento, por ofício, à Eletrobrás para que se construam soluções previstas em contrato e de acordo com a legislação”.

O Dr. Haroldo informou ter elaborado uma nota técnica, de n. 01/007-CIMGC/MCT, em separado, acerca das sugestões encaminhadas pela Eletrobrás em relação aos “projetos que não encaminharam suas solicitações”. Ademais, informou que solução jurídica está sendo buscada, a qual se espera que seja apresentada o mais rapidamente possível, após ouvida a Consultoria Jurídica do MCT, a quem a referida nota técnica foi encaminhada.

Em relação aos outros casos, o Dr. Haroldo afirmou que, no caso dos projetos que já estão em processo de obtenção de registro, a Eletrobrás não indicou como entende que poderia ser interrompido o processo de registro e como a CIMGC poderia não autorizar tal registro, considerando que esta fase relativa aos projetos no âmbito do MDL é de competência exclusiva do Conselho Executivo do MDL.

Com relação ao segundo grupo de projetos definido pela carta da Eletrobrás, o Dr. Haroldo esclareceu que foi pedido que a CIMGC elaborasse uma “lista de empreendimentos” e que

a mesma fosse encaminhada, por ofício, à Eletrobrás. Entretanto, esclareceu que a CIMGC mantém no sítio internet do MCT a lista de todos os projetos no âmbito do MDL que já receberam a carta de aprovação por esta Comissão e que apenas o Conselho Executivo do MDL, em Bonn, teria a lista de todos os projetos até então registrados, considerando ser o registro de competência exclusiva desse órgão. Assim, recomendou que fosse enviado à Eletrobrás um ofício resposta, com base nos argumentos expostos e apresentados no parecer n. 06/2007-CIMGC/MCT, o que foi aprovado. O Dr. Haroldo recomendou, ainda, que por meio do referido ofício o corpo técnico da Secretaria Executiva da CIMGC se colocasse à disposição da Eletrobrás para dirimir qualquer questão técnica-terminológica que pudesse ser útil aos trabalhos daquela empresa.

Na ausência do Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro, que teve que se ausentar da reunião, O Dr. Newton Paciornik convidou a Dra. Claudia Maria Rezende de Souza, representante da Consultoria Jurídica, do MCT para apresentar suas considerações, principalmente em relação à nota técnica acima referida.

A Dra. Cláudia informou que a Consultoria Jurídica do MCT ainda não havia recebido formalmente a nota técnica preparada pelo Dr. Haroldo, mas adiantou que será elaborado um parecer jurídico com base na nota técnica enviada e que assim que o mesmo estivesse finalizado seria encaminhado à CIMGC.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Dr. Newton Paciornik agradeceu a presença de todos os representantes dos ministérios e encerrou a reunião.